

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 9, N. 1, jan./jun. 2010

00000000000000000000

66517 Classif.: PER
Administração
./jun.2010

O que é a AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, fundada em 20 de outubro de 1971 com a finalidade de dignificar socialmente a profissão, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Decreto nº 1200, de 13 de abril de 1977. Promove o Congresso Brasileiro de Arquivologia e edita a Revista Arquivo & Administração desde 1972, além de promover o Encontro de Bases de Dados sobre Informações Arquivísticas, desde 2005.

É membro integrante do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, do Conselho Internacional de Arquivos - CIA e da Associação Latino Americana de Arquivos - ALA.

Principais Objetivos

- Cooperar com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacionar com arquivos;
- Promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários, congressos e mesas redondas;
- Estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- Prestar consultoria, assistência e serviços técnicos.

Serviços que a AAB oferece

- Consultoria;
- Assistência técnica;
- Indicação de profissionais e estagiários;
- Organização de congresso, seminários, cursos e palestras;
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades das empresas.

Quadro Associativo

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, as pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessem pelos objetivos da Associação, além das empresas públicas e privadas.

 **Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**

aab@aab.org.br
Av. Presidente Vargas, 1733 - sala 903
CEP: 20210-030 - Centro - Rio de Janeiro
Tel/Fax: 55 (21) 2507-2239 / 3852-2541

arquivo & administração

v. 9, n. 1

jan./jun. 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL	3	<i>Lucia Maria Velloso de Oliveira</i>
ARTIGOS	5	Uma Trajetória na Arquivologia Brasileira: memórias de uma administradora de arquivos <i>Paulo Roberto Elian dos Santos</i>
	25	Arquivos de Instituições de Saúde: história e políticas públicas <i>Paulo Roberto Elian dos Santos e José Mauro da Conceição Pinto</i>
	37	Construção de Vocabulário Controlado para identificação do conteúdo informacional dos documentos acumulados pela atividade-meio da Administração Pública Federal <i>Renato Tarciso Barbosa de Sousa, Heloisa Carvalho Mesquita e Larissa Marques Martins</i>
	59	Indexação em coleções familiares: quais aspectos considerar? <i>Isabel Cristina Borges de Oliveira</i>

PER

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 9

n. 1

p. 1-68

jan./jun. 2010

Copyright © 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.
Coordenação: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Editoração eletrônica: Luiz Eugenio Teixeira Leite

Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n. 0 (1972)-

Rio de Janeiro: AAB, 1972-

v. : 23 cm.
Semestral

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros.

ISSN 0100-2244

1. Arquivo - Periódico. 2. Gestão de documentos - Periódico. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros.

CDD 025.171

R. 66517

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Diretoria

Presidente: Lucia Maria Velloso de Oliveira
Tesoureiro: Maria Celina Soares de Mello e Silva
Secretário: Isabel Cristina Borges de Oliveira

Conselho Editorial

Lucia Maria Velloso de Oliveira
José Maria Jardim
Maria Celina Soares de Mello e Silva
Paulo Elían
Sérgio Conde Albite Silva

EDITORIAL

A Revista Arquivo & Administração é a publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB. Desde seu primeiro número em 1972 vêm divulgando a produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil e no mundo. A revista dirigida aos arquivistas e demais profissionais que atuam nos arquivos constitui-se como espaço editorial de todos aqueles que buscam contribuir para o fortalecimento da Arquivologia como campo científico.

Esse número se inicia com o resultado de entrevista realizada em 2007 para a tese de doutorado de Paulo Elían, intitulada **A arquivística no Laboratório: História, Teoria e Métodos de uma Disciplina**, defendida em 2008 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). O autor entrevista Helena Corrêa Machado, ex-presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros e ex-diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e uma das principais arquivistas do movimento que consolidou a Arquivologia e fortaleceu o arquivista no país. A leitura da entrevista é de grande importância para aqueles que desejam conhecer a história de nossa área e do associativismo no Brasil.

Em seguida, o artigo **Arquivos de Instituições de Saúde: história e políticas públicas**, de autoria de Paulo Roberto Elían e José Mauro da Conceição Pinto pretende apresentar o quadro geral das discussões em torno dos arquivos médicos no Brasil, bem como contribuir para o desenho de diretrizes para o gerenciamento desses acervos.

Os dois últimos artigos discutem uma questão que ainda ocupa um espaço tímido na agenda da nossa área, mas que com a crescente divulgação dos conteúdos sobre os acervos arquivísticos na Internet vêm sendo objeto de pesquisas: a indexação e elaboração de vocabulário controlado para uso nos arquivos. O artigo do professor doutor Renato Tarciso Barbosa de Sousa, em conjunto com Heloisa Carvalho Mesquita e Larissa Marques Martins, com o título **Construção de Vocabulário Controlado para identificação do conteúdo informacional dos documentos acumulados pela atividade-meio da Administração Pública Federal** aborda a discussão no contexto organizacional público, enquanto o artigo **Indexação em coleções familiares: quais aspectos considerar?**, de autoria de Isabel Cristina Borges de Oliveira, contextualiza a problemática no âmbito de uma coleção familiar.

Esperamos que o leitor da revista Arquivo & Administração aprecie o número.

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Aprovação de Estágio
Autorização de Estágio
Avaliação de Estágio
Comunicação/ Informação de Estágio
Controle de Estágio
Convocação para Estágio
Divulgação de Estágio
Encerramento de Estágio
Orientação de Estágio
Pagamento de Estágio
Participação em Estágio
Prorrogação de Estágio
Seleção de Estágio
Solicitação de Estágio
Suspensão de Estágio

INDEXAÇÃO EM COLEÇÕES FAMILIARES Quais aspectos considerar?

Isabel Cristina Borges de Oliveira
Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais
(Mestrado Profissional) do PPHPBC do CPDOC/FGV
Bolsista¹ da Fundação Casa de Rui Barbosa

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar considerações acerca dos preceitos teóricos arquivísticos que foram observados ao longo do processo de construção do vocabulário controlado para facilitar o acesso aos documentos da Coleção Família Barbosa de Oliveira, sob custódia do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Palavras-chave: *indexação arquivística; vocabulário controlado; coleção arquivística; teoria arquivística*

1 Introdução

Dentro da linha de pesquisa do *Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico - Construção de Vocabulário Controlado*, do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional, que por sua vez se insere no Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico, na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa, a Coleção Família Barbosa de Oliveira foi escolhida pela coordenação do projeto para o desenvolvimento da pesquisa sobre a questão da indexação e tratamento terminológico em arquivos pessoais e familiares.

O projeto tinha como objetivo geral "desenvolver e aplicar metodologia de arranjo e processamento técnico dos arquivos pessoais, segundo fundamentação teórica da Arquivologia com vistas à plena divulgação das informações e conteúdos dos acervos." (OLIVEIRA, 2007, p.1).

¹ Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico no Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Compreendendo o período de abril de 2008 a março de 2010, a linha de pesquisa subdividia-se em duas: a que se dedicava à descrição e indexação e a voltada para a construção de vocabulário controlado.

A coleção tem como patriarca o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889), formado em direito pela Universidade de Coimbra, casado com Isabel Augusta de Sousa Queirós (1829-1916). Dessa união, nasceu Francisca Ilídia Barbosa de Oliveira, que se tornou esposa de Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, fazendeiro e banqueiro. Um de seus oito filhos foi Isabel Jacobina, que casou com Domingos Lourenço Lacombe. E dessa união, nasceu Américo Lourenço Jacobina Lacombe, presidente da Fundação Casa Rui Barbosa durante 54 anos (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2010b).

A Coleção, com aproximadamente seis metros lineares de documentos, é composta em sua maioria pela correspondência produzida e acumulada pelos membros da família. Está dividida em dez séries e dois dossiês. As séries estão descritas em nível dossiê e/ou item documental. Os dossiês em pastas e/ou item documental. Abrange assuntos que retratam o cotidiano dos mesmos e a trajetória político-social daqueles que compõem a coleção (BREJO, 2010).

Para Gomes (1996, p.7), o guardião da memória "é um profissional da memória". Nesse sentido, ele constitui-se como o "coleccionador dos objetos materiais que encerram aquela memória". Américo Jacobina Lacombe exerceu esse papel em relação à Coleção Família Barbosa de Oliveira ao reunir a documentação dos diferentes membros de sua família ao longo dos três últimos séculos.

O presente artigo tem como objetivo apresentar os preceitos teóricos arquivísticos que devem ser observados ao longo do processo de construção do vocabulário controlado em coleções² familiares, tendo como campo empírico a Coleção Família Barbosa de Oliveira, sob custódia do Serviço de Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa.

2 Considerações teóricas

O tratamento terminológico de qualquer conjunto documental arquivístico implica em dois fatores: validar os termos eleitos pelos arquivistas responsáveis pela descrição; e normalizar e padronizar os assuntos e os nomes de pessoas físicas e jurídicas, geográfico e títulos de obras.

2. Cabe aqui mencionar, o conceito de coleção. Para a Arquivologia, é ausência da possibilidade de visualizar as inter-relações, os contextos de produção dos documentos, apesar de apresentarem alguma característica comum entre si. Segundo Silva (2008, p.66), uma coleção apresenta "múltiplas proveniências. O arquivo não é uma coleção porque é uma produção natural".

Nesse sentido, a Coleção Família Barbosa de Oliveira vem a ser um desafio, do ponto de vista arquivístico, devido à necessidade do conhecimento da genealogia.

Segundo o *Dicionário de Terminologia Arquivística do Instituto da Biblioteca Nacional do Livro* (1993), genealogia é a "ciência que estuda a origem, filiação e relações de parentesco entre as famílias". O mesmo dicionário também conceitua genealogia como o documento que descreve as origens e ramificações de uma família.

Já o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005) define genealogia como a "disciplina que estuda a origem, a ascendência e a descendência dos indivíduos e as relações entre as famílias", sem remeter esse conceito ao produto deste estudo, ou seja, o documento que descrever essas relações.

No entanto, sendo o objeto da pesquisa uma coleção familiar, compreender como se dava essas relações se torna um dado importante durante o processo de tratamento da informação.

O estudo de Hannah Little, *Archive Fever as Genealogical Fever: Coming Home to Scottish Archives*, poderá vir a ser uma leitura interessante para compreender como se processa esse tipo de análise; no entanto, a relação que a autora estabelece entre autenticidade e identidade com a ciência arquivística não suscitam maiores discussões do ponto de vista da indexação arquivística.

Por outro lado, o estudo de David E. Peterson, *A Perspective on Indexing Slave's Names*, em termos de definição de metodologia para levantamento de dados utilizando estudos genealógicos pode ser considerado mais relevante. Seu estudo em relação à questão da indexação de nomes de escravos, partindo de um estudo sobre a trajetória destes por meio dos diários e registros de donos de escravos, traça parâmetros para podermos identificar a parte onomástica da Coleção.

Afinal, como mencionou Taylor em *Family History: some new directions and their implications for the archivist*, "a historia familiar demanda uma maior atenção com a genealogia, pois iremos compreender a vida de nossos ancestrais" (1980-81. p.288, tradução nossa).

Nesse sentido, a Coleção Família Barbosa de Oliveira demonstrou a necessidade do conhecimento da genealogia, principalmente ao pensarmos na validação e padronização dos nomes. Ou seja, a validação e padronização aliam três elementos: a pesquisa genealógica, às informações extraídas dos documentos e as obras de referência. Esses três elementos configuraram-se em um instrumento importante na construção e identificação dos distintos personagens que compõem a Coleção.

Outro aspecto a ser mencionado é em relação à importância da Diplomática para a definição dos pontos de acesso contextuais, bem como para dirimir as questões de padronização de homônimos, muito recorrente entre os familiares dessa Coleção. Desse modo, a maneira pela qual podemos iniciar esse processo de identificação pode estar na data de produção do documento, na forma como assina, nas características de elaboração do documento, bem como, nos elementos contextuais de sua produção, que auxiliam a situar o autor no tempo e no espaço.

Segundo Duranti (1995), três pessoas concorrem para a formação de um documento arquivístico: o autor, o destinatário e o escritor. Esses três personagens podem ser encontrados em um documento e precisam ser reconhecidos de forma que possam ser considerados como ponto de acesso.

O primeiro, o autor, é a pessoa responsável pela criação intelectual do documento. Em muitos casos, o documento surge por ordem dele. Geralmente o autor do documento é aquele que assina, ou seja, o autor do fato mencionado no documento; porém, em alguns casos, isso não ocorre. Com isso, temos a pessoa que documentou o ato e a responsável intelectual pelo ato (DURANTI, 1995).

O autor do documento pode aparecer de forma impessoal no cabeçalho, no início do texto ou em uma seção definida, ou ainda na assinatura do documento.

O segundo, o destinatário, é a pessoa a qual o documento se dirige (DURANTI, 1995). No entanto, em alguns casos, autor e destinatário são a mesma pessoa, como no caso dos diários, encontrados em arquivos pessoais e coleções familiares. Geralmente, o nome do destinatário aparece na parte superior de um documento ou no texto, ao fim ou no verso do documento.

O terceiro é o escritor do documento, ou seja, o responsável pelo conteúdo e articulação do que foi escrito. O escritor do documento tanto pode ser o autor quanto a pessoa delegada pelo autor. Geralmente, o nome do escritor aparece ao fim do documento ou à esquerda ou, ainda, no lado superior esquerdo do documento (DURANTI, 1995).

Conhecer essas categorias diplomáticas e a localização da informação no documento interfere diretamente na qualidade da definição dos pontos de acesso e pode evitar erros de definição, como, por exemplo, definir como autor o destinatário, ou mesmo duas autorias onde um será o autor e o outro o escritor.

Os aspectos levantados, principalmente em relação à necessidade de conhecer a forma como o documento encontra-se estruturado, bem como, observar mais detalhadamente os aspectos extrínsecos, como a data do documento, servem de base para a validação de determinados nomes.

Além disso, o conhecimento da Diplomática pode auxiliar na definição do contexto de produção do documento. Seu estudo sobre as personagens que concorrem para a elaboração do documento demonstra ser de extremo valor para a definição dos pontos de acesso, principalmente dentro de coleções familiares.

Retomando a questão da memória mencionada na introdução deste artigo, faz-se agora pertinente uma abordagem sobre a relação entre a definição de pontos de acesso³ com o termo utilizado por Pollak (1989), "testemunhos autorizados".

As escolhas dos pontos de acesso implicam no que será esquecido, apagado, lembrado e (re)memorizado, em que o controle da memória se estende "...à escolha de

3 "São chamadas entradas de autor e/ou de outros responsáveis, entradas de título, de série etc. e entradas de assunto de um item" (RIBEIRO, 2006: 21-5).

testemunhos autorizados (...) nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos" (POLLAK, 1989, p. 10) e, acabam por refletir na maneira pela qual ocorrerá a comunicação entre o usuário/pesquisador e o acesso a informação.

Também, não se pode esquecer que os arquivistas, responsáveis pela definição dos pontos de acesso, "(...) se inserem e contribuem para a construção daquilo que vem a ser a memória coletiva (o registro, a história); e o arquivo, que daí resulta, é elaborado em função do uso que as diferentes instituições fazem da memória" (LUCAS, 1998, p. 95).

Na questão da Teoria do Conceito, Campos (2001, p. 100-103) menciona, ao analisar a teoria de Dalberg, que o conceito passa a ser mais que um elemento de significação para ser "uma unidade de pensamento e conhecimento que é traduzida na junção de três elementos: o referente, as características que o compõem, e a forma verbal". Entende-se *referente* como a imagem que se forma em nossa mente; *característica* como os componentes que servem para descrever esta imagem; e *forma verbal* como a forma de representação do referente.

Para tanto, o controle conceitual dos assuntos dispostos como pontos de acesso torna-se fator relevante ao pensarmos que esse controle fornece maior consistência aos descritores escolhidos, possibilitando, ao usuário, um acesso à informação arquivística com maior precisão.

3 Coleção Família Barbosa de Oliveira: um estudo de caso

O tratamento da Coleção suscitou inúmeros questionamentos em relação à forma como as informações eram inseridas nas bases de dados⁴. Um desses questionamentos foi em relação às informações biográficas e administrativas necessárias à compreensão da história do produtor ou autor da série, subsérie ou dossiê.

Como a base para o tratamento terminológico é a descrição elaborada, o referencial para a definição do termo será a descrição. Dessa forma, faz-se mister a compreensão do tipo de informação a ser registrada no campo resumo, dedicada exclusivamente às informações contidas no documento e no campo nota histórico administrativo-biográfico, dedicado a informações contextuais do produtor do documento.

Essa discussão gerou uma alteração no Metadados de Descrição⁵ do Serviço de Arquivo fazendo com que o campo de nota histórico administrativo-biográfica passasse a ser utilizado em todos os níveis de descrição.

4 Vide Base de Dados APES – Arquivos Pessoais: www.casaruibarbosa.gov.br

5 "Sua estrutura discrimina cada campo e subcampo identificando-os numericamente e nominalmente, descreve o conteúdo, tipo e formato dos dados" (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 1998-).

Outra consideração foi em relação ao nível de descrição pelo qual se deveria iniciar o tratamento terminológico. Para responder esse questionamento dois tipos de estudos comparativos foram feitos:

a) O primeiro tinha como objetivo testar à teoria desenvolvida e aplicada para normalização e padronização dos termos, assim como, para a definição, no caso dos descritores, de quais termos seriam validados e quais termos não seriam validados, levando em consideração inclusive a quantidade de descritores e identificadores entre as séries.

b) O segundo é focado na questão do nível de descrição pelo qual o tratamento terminológico deve ser iniciado quando o processo descritivo contempla diferentes níveis de descrição.

Em ambos os estudos comparativos três aspectos foram considerados⁶:

1) A relação entre os descritores levantados e padronizados;

2) A relação entre os termos padronizados e construídos;

3) Na relação dos termos construídos, quais eram descritores e quais eram identificadores (nomes de pessoas físicas e jurídicas).

Em ambos os estudos, as conclusões foram as mesmas:

1) A variação observada deve-se principalmente a dois fatores que são levados em conta no momento da validação dos termos: o grau de especificidade⁷ e o grau de exaustividade⁸, que, dentro de um processo de indexação, qualifica a melhor forma de dar acesso ao documento a partir do conceito que mais se aproxime ao conteúdo do documento.

2) A variação negativa observada significa, na realidade, dados positivos, pois a descrição feita possibilitou a escolha de inúmeros pontos de acesso que após o tratamento levando-se em consideração às conceituações dos termos foram validados, em relação à descrição elaborada, na sua forma inicialmente sugerida, substituída ou aglutinada por um descritor que melhor represente a informação descrita.

6 O estudo detalhado se encontra nos relatórios de pesquisa do projeto referenciado na bibliografia deste artigo.

7 Grau de semelhança entre o descritor atribuído e o assunto do documento.

8 Número de descritores atribuídos a um documento.

No entanto, quando fazemos o tratamento nos níveis mais baixos, o que se observa é um aumento de termos em função de um maior detalhamento no processo descritivo que interfere diretamente na definição dos pontos de acesso.

3) Em relação aos identificadores, observamos sempre ser em maior número que os descritores.

4) O decréscimo entre os termos levantados e validados ocorre em função de três fatores: a liberdade que o arquivista tem para elencar possíveis pontos de acesso sem, em muitos casos, observar o conceito do termo escolhido; o uso da Teoria do Conceito, fazendo com que ocorra a aglutinação de termos ou a exclusão deste em função do seu significado; e a referência para a validação dos termos, a descrição elaborada.

A metodologia empregada demonstrou que, para o processo de indexação arquivística, o tratamento pelo nível de item e/ou dossiê acarreta uma maior consistência à definição de termos.

4 Considerações finais

A pesquisa em construção de vocabulário para coleções familiares e arquivos pessoais mostrou-se rica em possibilidades. Diferentes preceitos foram sendo impostos à medida que uma nova série era normalizada e padronizada. Cada conjunto, em função de ser uma coleção, poderia apresentar relacionamentos com as demais séries ou não, o que tornou o trabalho de pesquisa mais interessante.

Com isso, ao final do tratamento terminológico da Coleção, faz-se necessário reafirmar determinadas pontos:

1) A Teoria do Conceito e a Diplomática, no que concerne ao processo de indexação, não podem ser desconsideradas, pois ambas possibilitam uma maior eficácia na definição das temáticas que serviram de pontos de acesso e na definição e padronização de nomes. As duas áreas permitem uma indexação mais precisa que venha atender de forma mais eficiente o tipo de usuário de arquivos pessoais e coleções familiares.

2) O estudo da Genealogia tornou-se mais um fator ao pensarmos na questão de padronização de nomes em coleções familiares e arquivos pessoais, pois foi por meio dos documentos que foi possível a reconstrução dos laços familiares e consequentemente a correta definição de determinados pontos de acesso, com a autoria.

3) Que a indexação, a normalização e a padronização, quando iniciados em seus níveis de item e/ou dossiê, possibilitam uma maior precisão. Tal fator interfere diretamente no que será escolhido para ser lembrado: já que é por meio dos pontos de acesso que o usuário chegará à descrição do documento e conseqüentemente ao próprio documento. Nesse sentido, memória e indexação estabelecem uma relação. Afinal, termo e resumo estão mais próximos. Dessa forma, os pontos de acesso tornam-se um meio para a construção da memória, pois, será por meio do ponto de acesso que o usuário chegará à informação arquivística.

Por fim, cabe ressaltar que o estudo de construção de vocabulário controlado para arquivos pessoais e coleções familiares está apenas em seu início. Muitos outros arquivos e coleções precisam de tratamento e pesquisa para termos uma melhor visão dos aspectos teóricos arquivísticos que devem ser sempre considerados ao longo desse processo.

Nessa direção, a Fundação Casa de Rui Barbosa, por meio de sua linha de pesquisa, ofereceu uma possibilidade de inserção da discussão sobre indexação em arquivos pessoais e coleções familiares na agenda da Arquivologia no país.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BEAUCARNOT, Jean-Louis. Généalogistes et archivists: une relations adulte? *Le Gazette des Archives*. Paris, 1999, n. 184-185, p. 67-74.

BRASIL, Maria Irene, et alli. **Vocabulário Sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 25 mar.2004

BREJO, Jacilene Alves. **Relatório Final do Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico: Coleção Família Barbosa de Oliveira: Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói, RJ: EdUFF, 2001. 131 p.

COLEÇÃO FAMÍLIA BARBOSA DE OLIVEIRA. Fundação Casa de Rui Barbosa. **Acervo Arquivístico. 1785 a 1967**.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Elab. Ivone Alves... [et.al.]. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional do Livro, 1993.

DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para uma antiga ciência**. Traducción de Manuel Vázquez. 1.ed. Cordoba (Argentina), 1995. 293p.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Metadados: bases descritivas sobre arquivos pessoais e institucionais (APES e AFCRB)**. FCRB: Rio de Janeiro, 1998 -

_____. **Base de Dados Apes**. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 16 abr.2010a.

_____. **Base de Dados Guia**. Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 16 abr.2010b.

GOMES, Angela de Castro. A guardiã da memória. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 9, nº 1/2, p.17-30, jan./dez.1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun. 2005. (paginação no trabalho da publicação on-line)

LACOMBE, Américo Jacobina. Genealogia do Barbosa de Oliveira. **Anuário Genealógico Brasileiro**. Ano 2, p.290-306, 1940.

LITTLE, Hannah. Archive Fever as Genealogical Fever: Coming Home to Scottish Archives. **Archivaria**. Association of the Association of Canadian Archivists. Number 64, Fall 2007, p.89-112.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, v. 10, n. 1, p. 87-96, jan/fev. 1998.

MILANI, Clarice. **Genealogia: identidade e memória através dos documentos**. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.aagrs.com.br/index.php?id=32&op=23>>.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. **Relatório Final do Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico: Construção de Vocabulário Controlado Sistematizado para Informação Arquivística**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Relatório Anual do Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico: Construção de Vocabulário Controlado Sistematizado para Informação Arquivística**. Rio de Janeiro, 2009a.

_____. **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de indexação.**
Orientador: Letícia Borges Nedel; Co-orientação: Maria Celina Soares de Mello Silva.
Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) -
CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2009b.

_____. Padronizar, normalizar e definir pontos de acesso: o desafio da indexação
arquivística. **Arquivo & Administração.** V.8, N.1, jan/jul. 2009c, p.21-43.

_____. **Relatório Final do Projeto Arquivos Pessoais de Valor Histórico:**
Construção de Vocabulário Controlado Sistematizado para Informação Arquivística.
Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; Oliveira, Isabel Cristina Borges de. Descrição
Arquivística: contexto arquivístico, controle de vocabulário e o usuário. In: Encontro
de Bases sobre Informações Arquivísticas, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de
Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Arquivos pessoais de valor histórico.** Projeto.
Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 2007. 7p.

PATERSON, David E. A Perspective on Indexing Slave's Names. **The American
Archivist.** Vol. 64 (Spring/Summer 2001): 132-142.

POLLAK, Michel. Memória, Silêncio e Esquecimento. **Estudos Históricos.** Rio de
Janeiro, v. 2, n.3. 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 11 jun.
2005.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. **Catálogo de recurso
bibliográficos: AACR2r em Marc 21.** 3 ed., rev. e ampli., Brasília: Ed. do Autor,
2006.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello. Arquivos históricos de Museus: o Arquivo de
História da Ciência. In: **Mast Colloquia: Documentação em Museus.** Rio de Janeiro:
MAST, vol.10, p. 61-68, 2008.



**Associação dos
Arquivistas
Brasileiros**